POLÍTICA

Privacidade

ÍNDICE

Introdução 3
I. Definições 3
II. Identidade e contactos do Responsável pelo tratamento dos dados pessoais 3
III. Contactos do Encarregado de Protecção de Dados do Grupo 4
IV. Dados Pessoais objecto de tratamento 4
V. Finalidades do tratamento dos dados e fundamento jurídico 5
VI. Destinatários dos dados pessoais 6
VII. Transferência de dados pessoais 8
VIII. Prazo de conservação dos dados pessoais 8
IX. Direitos do titular dos dados pessoais e forma de exercício 9
X. Direito a apresentar reclamação 9
XI. Necessidade de comunicar dados pessoais 9
XII. Decisões automatizadas 9
XIII. Segurança dos dados pessoais 10
XIV. Alterações à Política de Privacidade 10

Introdução

A presente Política de Privacidade pretende descrever a forma como a Bicredit – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (doravante "Bicredit"), procede ao tratamento dos dados pessoais nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento") e da demais legislação aplicável.

A presente Política foi aprovada no Conselho de Administração de 15 de Abril de 2025.

I. Definições

- Dados pessoais: informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, directa ou indirectamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;

- Tratamento de dados: uma operação ou um conjunto de operações efectuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;

- Responsável pelo tratamento: a pessoa singular ou colectiva que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais;

- Subcontratante: uma pessoa singular ou colectiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do Responsável pelo tratamento destes;

- País terceiro: país localizado fora da União Europeia onde está instalada a entidade para quem o Responsável pelo tratamento transfere os dados pessoais cobertos pela Política de Privacidade.

II. Identidade e contactos do Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O responsável pelo tratamento será a Bicredit que comercializa o Produto e/ ou presta Serviços.

A identificação de cada responsável pelo tratamento é disponibilizada no momento da recolha dos dados pessoais.

A Bicredit recolhe dados pessoais no âmbito da sua atividade junto dos respetivos clientes, atuando como responsáveis pelo seu tratamento, o qual é efetuado nos termos da presente Política.

Bicredit – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, 12.º andar, 1070-101 Lisboa

Telefone: 210 401 000

Endereço de e-mail: info@bicredit.pt

III. Contactos do Encarregado de Protecção de Dados do Grupo

Banco Invest, S.A. (A/c Encarregado de Protecção de Dados)
Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1, 11.º andar, 1070-101 Lisboa
Telefone: 21 382 17 00
Endereço de e-mail: dpo@bicredit.pt

IV. Dados Pessoais objecto de tratamento

No contexto da atividade comercial desenvolvida pela Bicredit, e como responsável pelo tratamento de dados, a Bicredit recolhe informações sobre os seus Clientes ou potenciais Clientes, bem como sobre os intermediários de crédito e fornecedores.

A Bicredit poderá ainda aceder a dados de outras pessoas com quem venha a interagir no contexto da prestação de serviços aos seus Clientes (ex. familiares e garantes dos Clientes, intermediários de crédito, fornecedores, etc.).

Essas informações poderão dividir-se, entre outras, nas seguintes categorias:

Identificação e contactos	Nome, estado civil, número de contribuinte, documento de identificação, data de nascimento, género, nacionalidade, naturalidade, morada(s), endereço de email, contacto(s) telefónico(s), assinatura, etc.
Situação profissional	Entidade patronal, tipo de vínculo laboral, antiguidade no emprego, etc.
Situação financeira e creditícia	Rendimentos, despesas, património, dívidas, solvabilidade, tipo de habitação (própria/arrendada), etc.
Dados bancários relevantes para a actividade	IBAN, transações bancárias, origem dos fundos, beneficiário efetivo, identificação de pessoa politicamente exposta, etc.
Dados de tráfego	Endereço de IP, logins no site da Bicredit, URL de sites, localização de dispositivos (*cookies*), etc.
Dados de identificação e autenticação nos sistemas da Bicredit	*Username* e *password* de acesso
Registo de comunicações	Gravação de chamadas, emails, cartas, etc.

Informação fiscal	Domicílio fiscal
Dados comerciais	Dados relacionados com a contratação de produtos e serviços para efeitos de análise da propensão para a aquisição de produtos e serviços.
Documentação	Dados constantes de documentação recolhida no contexto da relação estabelecida.

Adicionalmente, a Bicredit poderá ter acesso a outros dados pessoais, que poderão ser fornecidos à Bicredit quer diretamente pelo titular dos dados, quer por terceiros (como sejam Clientes, entidades bancárias, entidades oficiais, ou outros).

V. Finalidades do tratamento dos dados e fundamento jurídico

a) Execução do contrato ou diligências pré-contratuais

A Bicredit procede ao tratamento dos dados para prestar serviços financeiros nos termos dos contratos celebrados com os Clientes, incluindo os serviços ou produtos complementares que sejam necessários à execução dos contratos. Adicionalmente, a Bicredit procede ao tratamento dos dados para efetuar diligências pré-contratuais a pedido de potenciais Clientes.

As finalidades do tratamento efetuado dependerão do serviço ou produto em concreto prestado e dos pedidos que venham a ser solicitados pelos Clientes.

b) Cumprimento de obrigações legais

A Bicredit encontra-se sujeita a um conjunto de imposições legais e disposições regulamentares (emitidas pelas autoridades de supervisão da atividade bancária e financeira, entre outros).

Nesse sentido, a Bicredit poderá proceder ao tratamento dos dados para a prossecução de, entre outras, as seguintes finalidades:

- Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento ao Terrorismo;

- Reportes a Entidades Públicas (ex. autoridades de supervisão, autoridade tributária, etc);

- Tratamento de reclamações;

- Cumprimento de obrigações de informação fiscal;- Cumprimento do regime jurídico do plano de ação para o risco de incumprimento (PARI) e procedimento extrajudicial de regularização de situações de incumprimento (PERSI);

- Avaliação da fiabilidade creditícia e monitorização do risco de crédito.

c) Prossecução de interesses legítimos da Bicredit

Sempre que se revele necessário, a Bicredit procede ao tratamento de dados para prosseguir interesses legítimos das mesmas, entre os quais:

- Garantia da segurança das redes, sistemas e infra-estruturas tecnológicas e informáticas;

- Prevenção e deteção de fraudes;

- Videovigilância para proteção das instalações das sociedades;

- Recuperação judicial e extrajudicial de créditos;

- Gestão de processos (ex. reclamações, ações de recuperação de crédito, contencioso, etc.).

- Exercício de direitos legais em caso de litígios judiciais;

- Marketing de produtos e serviços comercializados diretamente (produtos ou serviços análogos ou com eles relacionados), desde que o titular dos dados não se tenha oposto ao tratamento dos dados para este efeito;

- Consulta e intercâmbio de dados com sistemas de informação creditícia para determinar riscos de solvabilidade e de incumprimento no âmbito da concessão de crédito (CRC);

- Desenvolvimento de produtos e serviços;

- Avaliação e monitorização da qualidade de serviço.

d) Com base no consentimento do titular dos dados

O titular dos dados pode dar o seu consentimento expresso quanto ao tratamento dos seus dados pessoais sempre que a Bicredit o solicitar.

O titular dos dados tem o direito de retirar o consentimento prestado a qualquer momento. Este direito deverá ser exercido de forma inequívoca, através de comunicação escrita dirigida ao Encarregado de Protecção de Dados da Bicredit (ver capítulo III).

De referir que, no caso de o titular dos dados retirar o consentimento, a licitude do tratamento dos dados até aí efetuado pela Bicredit, ou pelos seus Subcontratantes, não fica comprometida.

VI. Destinatários dos dados pessoais

Os dados pessoais destinam-se a ser tratados pela Bicredit.

Contudo, a Bicredit poderá transmitir os dados pessoais a outras entidades *i)* para satisfazer obrigações contratuais ou pré-contratuais, *ii)* para cumprir com disposições legais ou regulamentares, *iii)* nos casos em que nos tenha sido concedida uma autorização expressa para o efeito por parte do titular dos dados, ou *iv)* para desenvolver a própria atividade comercial.

A título de exemplo procedeu-se à elaboração de uma listagem das entidades a quem a Bicredit poderá transmitir os dados pessoais objecto de tratamento:

a) Entidades públicas

Sempre que exista obrigação legal ou regulamentar aplicável, a Bicredit poderá divulgar os dados pessoais recolhidos às seguintes entidades:

- Entidades reguladoras sectoriais – ex. Banco de Portugal e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);

- Instituto de Registos e Notariado, I. P.;

- Autoridades judiciárias e Organismos de Investigação Criminal;

- Administração Tributária;

- Tribunais, agentes de execução e solicitadores;

- Autoridades de supervisão europeias – ex. a Autoridade Bancária Europeia (EBA);

- Autoridades e organismos públicos de outros países.

b) Outras instituições de crédito e de serviços financeiros

Para execução de pedidos dos Clientes ou para a prestação de serviços ou produtos complementares ou análogos aos contratados, a Bicredit poderá divulgar os referidos dados pessoais entre si e às seguintes entidades:

- Instituições de crédito;

- Sociedades financeiras; e

- Prestadores de serviços de pagamento;

c) Prestadores de Serviços

Com vista a um cabal desenvolvimento da atividade comercial da Bicredit, poderá ocorrer a transmissão de dados pessoais às seguintes entidades:

- Sociedades do Grupo Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros ('ARIF');

- Fornecedores de serviços de software;

- Intermediários de Crédito;

- Entidades que estabeleçam protocolos de mediação ou comercialização de seguros;

- Entidades que façam parte do grupo empresarial;

- Entidades que prestem serviços de informação a instituições de crédito;

- Empresas de recuperação de créditos;

- Entidades leiloeiras;

- Auditores externos;

- Advogados, solicitadores e agentes de execução.

As entidades indicadas nos pontos a), b) e c) poderão ser Subcontratantes da Bicredit que procedem ao tratamento dos dados por conta da mesma e de acordo com as suas instruções. Nestes casos, a Bicredit assegura-se de que os Subcontratantes apresentam garantias suficientes de que o tratamento de dados efetuado pelos Subcontratantes satisfaz os requisitos do Regulamento e da demais legislação aplicável.

Entre as Sociedades do Grupo ARIF, cada sociedade pode atuar como Subcontratante de outra.

VII. Transferência de dados pessoais

Poderá ser necessário que a Bicredit proceda à partilha dos dados pessoais com entidades localizadas em Países terceiros para cumprimento de obrigações contratuais ou pré-contratuais. Poderá também ser necessário proceder a esta transferência quando estejam em causa obrigações legais ou regulamentares.

Caso possam ocorrer transferências de dados para países terceiros que não pertençam à União Europeia ou ao Espaço Económico Europeu, a Bicredit cumprirá com a Lei, nomeadamente no que respeita à adequabilidade do país de destino no que respeita a proteção de dados pessoais e aos requisitos que são aplicáveis a estas transferências, não sendo transferidos dados pessoais para jurisdições que não ofereçam garantias de segurança e proteção.

Nos restantes casos, a Bicredit apenas poderá transferir os dados quando tenha obtido o consentimento expresso do titular dos dados ou sejam apresentadas garantias adequadas de que o tratamento dos dados satisfaz os requisitos do Regulamento e da demais legislação aplicável.

VIII. Prazo de conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais apenas são recolhidos pelos motivos identificados no ponto V desta Política de Privacidade, sendo conservados pelo período de tempo que se revele estritamente necessário à prossecução daquelas finalidades, através da aplicação de critérios ajustados a cada tipo de tratamento executado.

Nessa medida, os dados serão sempre mantidos durante o tempo em que a relação contratual se mantiver, para que a Bicredit possa prestar os serviços contratados e assegurar o nível de qualidade dos mesmos.

Após a cessação da relação contratual, os dados pessoais deverão manter-se pelo período necessário à satisfação de obrigações legais a que a Bicredit se encontra sujeita.

Os dados poderão também ser conservados para efeitos da prossecução de interesses próprios da Bicredit e do exercício de direitos legais que lhe assistam, como seja a demonstração da relação contratual, por período de tempo limitado e fixado em função de critérios adequados, como por exemplo os prazos legais de prescrição previstos na lei civil (nunca superior a vinte anos).

IX. Direitos do titular dos dados pessoais e forma de exercício

O titular dos dados pessoais tem direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como à sua retificação ou apagamento, pedir a limitação ao seu tratamento, o direito de se opor ao tratamento e ainda o direito à portabilidade dos dados.

O titular dos dados poderá exercer os seus direitos através de comunicação escrita dirigida ao Encarregado de Protecção de Dados da Bicredit, devendo para tal utilizar os contactos supra referidos.

X. Direito a apresentar reclamação

O titular dos dados tem o direito a apresentar reclamação junto à autoridade de controlo competente.

XI. Necessidade de comunicar dados pessoais

As relações contratuais estabelecidas entre os Clientes e a Bicredit poderá exigir que, esta receba e trate informação do mesmo, nos termos do capítulo V da presente Política.

Na medida em que esta informação seja imprescindível para o estabelecimento e continuidade da relação contratual, maioritariamente por imposição legal e/ou regulamentar, caso a mesma não seja fornecida, a Bicredit poderá não contratar com o potencial Cliente.

XII. Decisões automatizadas

Sempre que a tomada de uma decisão por parte da Bicredit, bem como o correspondente tratamento de dados de um potencial cliente, seja feita com recurso a critérios exclusivamente automatizados, incluindo a definição de perfis, e desde que essa decisão produza efeitos na sua esfera jurídica ou o afete significativamente de forma similar, o potencial cliente terá sempre assegurado o direito de *(i)* pedir que o seu processo seja reavaliado com intervenção de um colaborador da Bicredit, *(ii)* manifestar o seu ponto de vista durante o processo de reavaliação e *(iii)* contestar a decisão do mesmo.

Sem prejuízo, e sempre em conformidade com o acima exposto, a Bicredit poderá proceder à definição de perfis para as seguintes finalidades:

- *Avaliação de risco para concessão de crédito*

  Por imperativo legal, no contexto da avaliação de uma operação de crédito proposta ou solicitada, a Bicredit procede à análise da capacidade creditícia dos interessados, por forma a oferecer uma solução de crédito que seja adequada e ajustada à capacidade financeira dos mesmos e do seu agregado familiar. Para este efeito, a Bicredit procede à análise de informação relativa ao nível de rendimentos, encargos e despesas, situação profissional, dívidas pendentes, situações de créditos anteriores, entre outros.

- *Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo*

No âmbito do quadro regulatório aplicável à atividade bancária e financeira, a Bicredit tem o compromisso de atuar contra o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo. Para este efeito, a Bicredit analisa e trata vários tipos de informação, incluindo informação biográfica, financeira, comportamental e transacional.

XIII. Segurança dos dados pessoais

Para proteger os dados pessoais tratados pela Bicredit, foram adotadas medidas de segurança, técnicas, organizacionais e procedimentais de forma a prevenir a destruição, a perda, a alteração, a divulgação e o acesso não autorizado ou qualquer outra forma de tratamento ilícito dos dados.

Apesar de todos as medidas adotadas pela Bicredit nesta matéria, a mesma aconselha os seus Clientes a adotarem um comportamento prudente na utilização da Internet, a qual pode não constituir um lugar seguro de comunicação.

XIV. Alterações à Política de Privacidade

A Bicredit pode alterar a presente Política de Privacidade a qualquer momento e sem aviso prévio. As alterações serão publicadas no site da Bicredit, acessível em www.bicredit.pt.